

**Estudos
de Direito
e
Prática Arbitral**

Manuel Pereira Barrocas


ALMEDINA

ÍNDICE GERAL DA OBRA

	Págs.
NOTA INTRODUTÓRIA	5
SOBRE O AUTOR	9
ÍNDICE DO TEXTO	13
TEXTO	21
BIBLIOGRAFIA CITADA NA OBRA	271
ANEXOS	277

ÍNDICE

	Págs.
CAPÍTULO 1. QUESTÕES FUNDAMENTAIS	21
1. Questões Fundamentais em Arbitragem	21
1.1. A Interpretação e Aplicação pelo Árbitro de Normas de Direito Público	21
1.2. A Sentença Arbitral e a Lei Constitucional	24
1.3. A Ordem Pública Internacional. Conceito	25
CAPÍTULO 2. É POSSÍVEL ASSEGURAR a CREDIBILIDADE E EFICÁCIA da ARBITRAGEM SEM a APLICAÇÃO do CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL?	31
2. A Arbitragem e o Código de Processo Civil	31
2.1. A Relação Entre o Contrato Principal e a Convenção de Arbitragem	33
2.1.1. A Questão sob o Ponto de Vista da Autonomia da Convenção de Arbitragem	33
2.1.2. O Acórdão do STJ de 6 de Abril de 2017	35
2.2. A Questão da Credibilidade e Eficácia da Arbitragem Perante os seus Utilizadores: A Previsibilidade das Decisões Arbitrais	38
2.3. A Influência da Cultura Jurídica no Exercício da Função Arbitral	39
CAPÍTULO 3. SOBRE a ARBITRABILIDADE	41
3. A Arbitrabilidade de um Litígio	41
3.1. Noções Básicas	41

3.2. A Arbitrabilidade é Apenas uma Questão Nacional?	42
3.3. Persistentes Erros de Análise Concetual e Áreas de Dúvida em Matéria de Arbitrabilidade	45
3.4. A Mais Recente Jurisprudência Nacional sobre Arbitragem de Direitos da Propriedade Industrial Relativa a Medicamentos	49
3.5. Jurisprudência Nacional Relativa a Medicamentos, em Especial Sobre a Recusa e Substituição de Árbitro	57
3.6. A Arbitrabilidade no Direito Societário	59
3.7. A Arbitrabilidade no Direito Administrativo	62
3.8. A Arbitrabilidade de Questões Laborais	70
CAPÍTULO 4. A ORDEM PÚBLICA NA ARBITRAGEM	75
4. A Ordem Pública na Arbitragem	75
4.1. Conceito de Ordem Pública	75
4.2. Ordem Pública Internacional e Ordem Pública Interna	76
4.3. Aplicação Prática do Conceito de Ordem Pública Internacional	77
4.4. Conceito de Ordem Pública Relevante para a LAV	79
4.5. A Convenção de Nova Iorque de 1958	80
4.6. As Normas de Aplicação Imediata (<i>lois de police</i>) e a Ordem Pública	82
4.7. O Conceito Restrito de Ordem Pública na Jurisprudência Comparada	83
CAPÍTULO 5. ÁRBITROS. QUESTÕES GERAIS	97
5. Árbitros. Questões Gerais	98
5.1. A Propósito da Independência e Imparcialidade do Árbitro e Outras Questões Relativas à Arbitragem Face à Jurisdição Judicial	98
5.2. O Dever do Árbitro de Aplicação da Lei Tem um Conteúdo Diferente do Dever do Juiz?	107
5.3. Arbitragens Complexas, Complexidade de Interesses e a Predictabilidade do Processo Arbitral	109
5.4. O Fundamento Jurídico do Princípio da Competência-Competência	114
5.5. A Ética dos Árbitros e as Suas Obrigações Legais	117

5.5.1. Introdução	117
5.5.2. A Independência do Árbitro	118
5.5.3. A Imparcialidade do Árbitro	120
5.5.4. Dever de Revelação do Árbitro	120
5.5.5. Comparação dos Requisitos de Independência e de Imparcialidade do Juiz e do Árbitro	121
5.5.6. As Obrigações do Árbitro de Cuidado, Aptidão, Diligência e Integridade	122
5.5.7. A Dinâmica Arbitral Relativa ao Relacionamento Árbitro/Partes/Representantes das Partes	124
5.5.8. Natureza Jurídica do Vínculo Entre o Árbitro e as Partes	126
5.5.9. Efeitos da Violação das Obrigações Legais e Éticas dos Árbitros	127
5.6. Pedagogia Aplicável a Árbitros e Advogados na Prática Arbitral	128
5.7. A Questão da Não Obrigatoriedade dos Árbitros de Aplicar Jurisprudência Proferida por Tribunais do Estado	131
5.8. A Escolha da Lei Substantiva e a sua Aplicação em Arbitragem. O Princípio <i>Jura Novit Curia</i>	134
CAPÍTULO 6. ARBITRAGEM. QUESTÕES FUNDAMENTAIS RELATIVAS À EFICÁCIA DO PROCESSO ARBITRAL	143
6. Arbitragem. Questões Fundamentais Relativas à Eficácia	143
6.1. Sobre a Litispendência e os Processos Paralelos em Arbitragem	143
6.2. O Caso Julgado de Decisões Arbitrais	156
6.3. Arbitragem e <i>Anti-Suit Injunctions</i>	166
6.4. A Questão da Cooperação de Boa-fé das Partes com o Tribunal Arbitral. Conteúdo e Limites	169
6.5. Medidas de Preservação da Arbitragem	176
6.5.1. A Guerrilha Arbitral como Fenómeno Pernicioso em Arbitragem	176
6.5.2. A Natureza Consensual da Arbitragem	178
6.6. Os Deveres dos Árbitros para Com as Partes	179
6.7. Os Deveres das Partes Entre Si e Para Com o Tribunal Arbitral	180

6.8. O Árbitro e o Juiz	181
6.9. A Natureza Iminentemente Contenciosa do Processo Judicial	181
6.10. A Natureza Iminentemente Pragmática do Processo Arbitral	181
6.11. A Inexistência, em Princípio, de Recursos no Processo Arbitral	182
CAPÍTULO 7. A PROVA NO PROCESSO ARBITRAL	183
7. A Prova no Processo Arbitral	184
7.1. O Árbitro e a Prova	185
7.1.1. Poderes das Partes	185
7.1.2. Poderes do Árbitro	186
7.1.3. Deveres do Árbitro	189
7.1.4. Auxílio do Tribunal Judicial	190
7.1.5. Medidas Cautelares em Matéria de Prova	190
7.1.6. Comparação do Poder do Árbitro e do Poder do Juiz em Matéria de Prova	191
7.1.7. Direito Substantivo Probatório e Direito Processual Probatório	193
7.1.8. Meios de Prova Utilizáveis	196
7.1.9. Prova em Poder de uma das Partes	196
7.1.10. Prova em Poder de Terceiro	197
7.1.11. Presunções Legais em Matéria de Prova	197
7.1.12. As Presunções Arbitrais e o Artigo 351º CC	197
7.1.13. Ónus da Prova	198
7.1.14. Inexistência da Obrigação do Árbitro de Considerar Provado um Facto Alegado Por Uma Parte e Não Impugnado Especificadamente Pela Outra Parte	198
7.2. Inexistência da Obrigação do Árbitro de Considerar Provado um Facto ou Confessado o Pedido em Caso de Revelia	198
7.3. A Questão do Facto Público e Notório em Arbitragem	199
7.4. A Prova do Direito Consuetudinário, Local e Estrangeiro	200
7.5. A Prova por Depoimento de Parte em Arbitragem	200
7.6. A Questão da Prova pelo Conhecimento Pessoal do Árbitro	200
7.7. A Questão da Conferência entre Testemunhas e Advogados	201
7.8. A Admissibilidade do Depoimento Testemunhal Escrito em Arbitragem	201
7.9. O Registo da Prova em Arbitragem	202
7.10. A Confidencialidade dos Documentos	202

7.11. A Questão da Legitimidade do Árbitro de Tomar Juramento ou Compromisso de Verdade de Testemunhas, Peritos ou Partes	202
7.12. Prova Eletrónica	203
7.13. Prova Pericial	204
7.14. Parecer de Especialista e Audição Subsequente	205
7.15. O Efeito da Equidade na Admissão e Avaliação da Prova	205
7.16. A Prova na Arbitragem Internacional	206
a) <i>A Questão da Cultura Jurídica dos Árbitros de Diferentes Nacionalidades e Sistemas Jurídicos</i>	206
b) <i>Lei Aplicável Não Escolhida Pelas Partes e o seu Efeito na Prova</i>	206
c) <i>A Lei-Modelo da Uncitral e as Notas Uncitral Sobre a Organização de Processos Arbitrais</i>	207
d) <i>As Regras de Prova da IBA</i>	207
CAPÍTULO 8. ALGUNS ASPETOS ESPECÍFICOS DE ARBITRAGEM INTERNACIONAL	209
8. Arbitragem Internacional	209
8.1. A Arbitragem no Direito da União Europeia	209
A. Os tratados internacionais sobre energia	217
B. Outros aspetos relativos à arbitragem na EU	220
8.2. Aspetos Práticos a Considerar em Litígios com Empresas Chinesas	225
CAPÍTULO 9. A VIOLAÇÃO DA CONVENÇÃO DE ARBITRAGEM COMO FUNDAMENTO DE IMPUGNAÇÃO DE SENTENÇA ARBITRAL OU DE NÃO RECONHECIMENTO OU EXECUÇÃO DE SENTENÇA ARBITRAL ESTRANGEIRA	229
9. A Violação da Convenção de Arbitragem. Efeitos	230
A. Causas Imputáveis às Partes	231
a) <i>nulidade da convenção devido a incapacidade de parte</i>	231
b) <i>invalidade da convenção nos termos da lei a que as partes a sujeitaram ou, na falta de indicação da lei aplicável, nos termos da LAV</i>	231
c) <i>invalidade da convenção relativa à composição do tribunal arbitral ou sobre o processo arbitral face a disposição imperativa da LAV, com influência decisiva na resolução do litígio</i>	231

d) <i>objeto do litígio não arbitrável</i>	231
e) <i>aplicação do regime dos artigos 46º e 56º à sentença proferida em Portugal numa arbitragem internacional em que haja sido aplicado direito não português ao fundo da causa</i>	231
B. Causas Atribuíveis aos Árbitros	231
a) <i>violação no processo de algum dos princípios fundamentais da arbitragem previstos no artigo 30º LAV, com influência decisiva na resolução do litígio</i>	231
b) <i>pronuncia de sentença sobre um litígio não abrangido pela convenção de arbitragem ou pronuncia de decisões que ultrapassam o âmbito desta</i>	232
c) <i>composição do tribunal arbitral ou o próprio processo arbitral desconformes com a convenção de arbitragem</i>	232
d) <i>conteúdo da sentença ofensivo dos princípios da ordem pública internacional do Estado português</i>	232
CAPÍTULO 10. NOTAS SOBRE A VALIDADE DA CONVENÇÃO DE ARBITRAGEM NA ARBITRAGEM INTERNACIONAL	245
10. Notas sobre a Validade da Convenção de Arbitragem na Arbitragem Internacional	245
CAPÍTULO 11. MEDIDAS CAUTELARES ARBITRAIS NO DIREITO COMPARADO	251
11. Medidas Cautelares Arbitrais	251
11.1. Antagonismo de Base das Medidas Cautelares com a Arbitragem	251
11.2. A Dimensão Prática das Medidas Cautelares Arbitrais	254
11.3. Vantagem e Desvantagens das Medidas Cautelares Arbitrais Relativamente às Medidas Cautelares Judiciais	255
11.4. Situação Geral das Medidas Cautelares no Direito Comparado	255
11.5. A Correlação Jurisdição Arbitral e Jurisdição Judicial em Matéria Cautelar	256
11.6. A Execução da Medida Cautelar Arbitral na Arbitragem Internacional	257
11.7. A Questão da Limitação dos Poderes Judiciais por Vontade das Partes	259

CAPÍTULO 12. QUESTÕES DE NULIDADE DA SENTENÇA ARBITRAL E DE RECUSA DE RECONHECIMENTO OU EXECUÇÃO DE SENTENÇA ARBITRAL ESTRANGEIRA	261
12. Questões de Nulidade e Impugnação da Sentença Arbitral e de Recusa de Reconhecimento ou Execução de Sentença Arbitral Estrangeira	261
12.1. Os Conhecimentos <i>Ultra Petita</i> e <i>Infra Petita</i> como Causas de Anulação da Sentença Arbitral	261
12.2. A Fundamentação da Sentença Arbitral e os Efeitos da sua Falta	265
12.2.1. Como causa de anulação	265
12.2.2. Como fundamento de recusa de reconhecimento e de execução de sentença arbitral estrangeira	268
12.3. A Impugnação de Decisões Arbitrais Baseadas em Normas de <i>Soft Law</i>	269
BIBLIOGRAFIA	273
ANEXO 1	
Lei de Arbitragem Voluntária (aprovada pela Lei nº 63/2011, de 14 de Dezembro)	277
ANEXO 2	
Jurisprudência nacional sobre arbitragem mais significativa publicada entre 2010 e Maio de 2017	315